4. Realismo e idealismo nas reflexões da política externa durante a década de 90

Com o decorrer da Guerra Fria, a idéia de que a política externa dos Estados Unidos pudesse ser classificada de acordo com duas categorias distintas foi reproduzida por diversos autores. Muitas vezes essas classificações não levavam exatamente os mesmos nomes, realismo e idealismo, mas difundiam sempre idéias semelhantes. John Spanier, em um prefácio de 1968 para uma edição revisada de seu livro sobre política externa desde a Segunda Guerra Mundial, afirma que a política externa dos Estados Unidos possuía duas tendências ao longo da história: ser a polícia do mundo, conduzindo uma cruzada pela democracia, ou preocupar-se somente com seus interesses diretos; o autor chama esta última postura de realista.¹³⁸ Da mesma maneira, Jerald Combs classifica a política externa do país como uma tensão entre uma interpretação nacionalista, preocupada em pautar-se pelo que seriam os valores fundamentais dos Estados Unidos, a liberdade e a democracia, e uma interpretação realista, supostamente desvinculada de quaisquer valores morais na condução da política externa. Combs chega a identificar na raiz do que chama de realismo autores como Kennan, Morgenthau e Lippmann.¹³⁹

Como visto no capítulo anterior, as categorias realismo e idealismo foram inicialmente utilizadas para interpretar a política externa dos Estados Unidos nas análises do período posterior a Segunda Guerra Mundial, principalmente para discutir o papel e o impacto das políticas de Wilson e, assim, introduzir elementos de uma tradição política estranha aos Estados Unidos. Sobretudo, foram utilizadas com o intuito de influenciar os tomadores de decisão e impedir que se repetissem as políticas do entreguerras.

Com o passar das décadas, a utilização dessas categorias foi se tornando cada vez mais usual. No entanto, seu significado passou a diferir daquele

¹³⁸ SPANIER, John W. *American Foreign Policy Since World War II: Third Revised Edition*. New York: Frederick A. Praeger, 1968.

¹³⁹ COMBS, Jerald A.. *The History of American Foreign Policy*. New York: Alfred A. Knopf, 1986.

originalmente pretendido. Com o desenvolvimento da Guerra Fria, associado à utilização da doutrina da contenção na formulação da política externa dos Estados Unidos, elementos do realismo passaram a ter maior preponderância nas políticas do país. O debate ocorrido na década de 50 estava encerrado. Elementos do realismo haviam entrado no cenário político dos Estados Unidos e passaram a influenciar a inserção internacional do país, mesmo que nem sempre em concordância com opinião dos autores que inicialmente o promoveram.

Como seria de se esperar devido à nova posição internacional do país, o número de análises sobre a política externa passada e presente multiplicou-se em grandes proporções. Por meio dessas as categorias realismo e idealismo ganharam outros contornos. Agora, não mais refletiam um debate com implicações teóricas e práticas, como havia ocorrido com os primeiros autores ao debruçarem-se sobre o tema. Cada vez mais essas categorias passavam a ser utilizadas como tipos fixos de classificação da política externa do país. Períodos da história dos Estados Unidos foram classificados como realistas ou idealistas no tocante à política externa. Da mesma maneira o foram seus presidentes, governos, secretários de estado, doutrinas propostas, e tantas outras coisas mais. Em certo sentido, a finalidade dessas categorias foi distorcida e empobrecida. Realismo e idealismo não haviam sido pensados como simples instrumentos de classificação, e não haviam sido utilizados assim por seus autores originais, para delimitação estrita da maneira como foi feito posteriormente.

Apesar de suas diferenças quanto aos intuitos originais, tais categorias difundiram-se como maneira de classificação da política externa dos EUA. Por vezes com uma nomenclatura um pouco distinta, expressavam sempre a mesma idéia. Duas abordagens de política externa opostas: a idealista preocupada com valores morais e absolutos, e a realista preocupada com interesses diretos e particulares. Com o fim da Guerra Fria essa temática volta à tona nas análises sobre a política externa do país e sua projeção para nova era.

4.1. A terceira vez

Análises sobre o fim da Guerra Fria foram produzidas a exaustão, e não se faz aqui necessário discuti-las para o tipo de argumentação proposta. Serão

levantados apenas alguns fatores que tiveram implicações diretas na política externa dos Estados Unidos.

Da perspectiva dos Estados Unidos, a Guerra Fria dava sustentação a dois elementos fundamentais do cenário político pós-Segunda Guerra Mundial: (1) a estrutura do sistema internacional, baseada na bipolaridade entre as superpotências, e (2) a política externa do país, pautada na contenção à União Soviética. Com o término abrupto da Guerra Fria esses dois fundamentos desapareceram do cenário internacional.

Em conjunto com essas duas questões aparecia uma terceira: a descrença nas análises do cenário internacional. Quase cinqüenta anos de Guerra Fria e inúmeras análises a seu respeito não foram capazes de prever ou indicar o fim do conflito. Uma percepção de fracasso envolveu os estudos de relações internacionais e política externa. Como reflexo, as tentativas de traçar perspectivas para pautar a inserção internacional dos Estados Unidos nesse novo contexto também foram vistas com ceticismo.

Mas nem só incertezas foram geradas pelo fim da Guerra Fria. Um sentimento de grande euforia também estava presente no cenário internacional, impulsionado pela proposta de uma “nova ordem mundial” e pela bem sucedida intervenção internacional na invasão do Kuwait pelo Iraque. Comprovou-se posteriormente que esse clima de entusiasmo era de curta duração e não alcançaria resultados duradouros. Para emprestar o termo de John Gaddis, uma coisa positiva que se pode dizer a respeito de guerras é que elas produzem um pensamento direto e focado na resolução dos problemas imediatos. Uma coisa negativa que se pode dizer de vitórias é que elas ajudam a relaxar e dispersar a mente, permitindo o aparecimento de novos problemas.¹⁴⁰

Foi assim que os Estados Unidos se encontraram no imediato pós-Guerra Fria. Envolvidos em um sistema internacional de características e tendências incertas, desprovidos de seu inimigo a combater e, portanto, dos princípios que baseavam sua atuação internacional, receosos sobre as análises do plano internacional que haviam se mostrado insuficientes, mas, ao mesmo tempo, extasiados pelo sentimento de vitória e de ausência de ameaças.

¹⁴⁰ GADDIS, John L. *The United States and the End of the Cold War: Implications, Reconsiderations, Provocations*. New York: Oxford University Press, 1992.

Ao menos um fato era tido como certo: as bases do relacionamento dos Estados Unidos com o sistema internacional precisariam ser repensadas. Mesmo com suas características peculiares, o fim da Guerra Fria foi identificado como um período de reorganização do sistema internacional. Assim como ao final da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a ordem anterior vigente estava desfeita e precisava ser reconstituída a partir de novas diretrizes. O fim da Guerra Fria representou mais uma grande mudança no sistema internacional dentre as várias ocorridas no século XX, e mais uma vez os Estados Unidos estavam do lado dos vencedores – agora como o único relevante.

Vários autores identificaram esse momento de transição e traçaram paralelos relevantes com outras reestruturações da ordem internacional – em especial com o pós-Segunda Guerra Mundial. Em um artigo de 1994, John Ruggie tenta analisar o que seria a terceira tentativa do país de organizar a ordem mundial.¹⁴¹ As tentativas anteriores teriam sido ao término da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, em 1919 e 1945, respectivamente. Ruggie tenta identificar um padrão na política externa dos Estados Unidos ao qual nomeia multilateral, identificando suas características como: tratamento indiscriminado entre todos os Estados, comprometimento com a segurança coletiva, com uma ordem econômica livre, sem tratamentos comerciais ou cambiais discriminatórios, e compromisso com os direitos humanos e com a autodeterminação dos povos.¹⁴² Segundo o autor, esses princípios teriam pautado a política externa dos Estados Unidos em 1919 e, melhor articulados, em 1945, e deveriam servir de base para a política externa do pós-Guerra Fria.

Outro autor que identifica o fim do conflito bipolar como um momento de transição da ordem internacional é John Ikenberry.¹⁴³ Da perspectiva do autor, as ordens internacionais são moldadas ao final de grande guerras, quando após a vitória os Estados vencedores tem maiores condições de impor suas preferências aos demais em uma nova ordem internacional. O fim da Guerra Fria poderia ser

¹⁴¹ RUGGIE, John Gerard. *Third Try at World Order? America and Multilateralism After the Cold War*. In: *Political Science Quarterly*, Vol. 109, No. 4. 1994. p. 553-570. O argumento do artigo foi posteriormente ampliado e conjugado com uma análise da política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, vide *Winning the Peace: America and World Order in the New Era*. New York: Columbia University Press, 1996.

¹⁴² RUGGIE, 1994, p. 556-557.

¹⁴³ IKENBERRY, G. John. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

comparado aos anos de 1648, 1713, 1815, 1919, e 1945, respectivamente o fim da Guerra dos Trinta Anos, da Guerra de Sucessão Espanhola, das Guerras Napoleônicas, da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. “*At these junctures, newly powerful states have been given extraordinary opportunities to shape world politics.*”¹⁴⁴ A diferença principal do término da Guerra Fria frente a estes outros momentos da história mundial residiria na abrangência da destruição da ordem anterior. Segundo Ikenberry, esses outros conflitos presenciaram a destruição total de suas ordens anteriores para que então fossem instauradas novas ordens mundiais. No caso da Guerra Fria, haveria duas ordens anteriores em vigência: a ordem da bipolaridade, esta sim destruída pelo desaparecimento da União Soviética, e uma ordem constitucional no seio do bloco ocidental, que permaneceria intacta.¹⁴⁵ A proposta do autor é que os Estados Unidos continuem expandindo essa ordem constitucional a outras regiões do planeta, uma vez que não precisam mais se preocupar com a extinta União Soviética, e assim administrem sua posição de poder no pós-Guerra Fria.

Apesar do conflito bipolar ter se encerrado sem o confronto direto entre as duas superpotências, o ordem internacional até então vigente fora destroçada em proporção comparável ao fim de qualquer outra grande guerra. Como a única superpotência restante, e com a necessidade de reestruturar a ordem internacional, os Estados Unidos começam então a buscar um novo paradigma para pautar seu relacionamento com o mundo. É nesse contexto que se presencia o aparecimento de várias análises resgatando a classificação da política externa dos Estados Unidos por meio de tipos realista e idealista. Se a tarefa de reconstrução da ordem internacional é comparável ao pós-Segunda Guerra Mundial, também algumas categorias utilizadas se repetem. Suas diferenças do debate original da década de 50, suas propostas, implicações e insuficiências serão em seqüência analisados.

¹⁴⁴ IKENBERRY, 2001, p. 3. Os conflitos referidos pelo autor são: a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra de Sucessão Espanhola, as Guerras Napoleônicas, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, respectivamente.

¹⁴⁵ A característica principal de uma ordem constitucional seria a existência de arranjos institucionais que limitassem o exercício de poder pelo Estado hegemônico, tornando tal ordem atraente para os demais Estados mas ainda controlada pelo Estado hegemônico. Para compreender isso que o autor chama de barganha constitucional, vide IKENBERRY, 2001, p. 30-44.

4.2. Reflexões sobre política externa na década de 90

No período imediatamente anterior ao fim da Guerra Fria, a produção sobre política externa dos Estados Unidos passava por um momento fértil. O debate em questão era acerca do declínio ou não dos Estados Unidos no cenário internacional. A idéia de declínio refletia supostos fracassos da política externa do país nas últimas décadas: a intervenção malograda no Vietnã, a quebra do padrão ouro-dólar, os escândalos do governo Nixon, entre outros. Alguns exemplos como o fortalecimento econômico e comercial de Japão e Alemanha, a perda de espaço diplomático dos Estados Unidos nas Nações Unidas, o aparecimento do Movimento dos Não-Alinhados, e as dificuldades em se gerenciar as Crises do Petróleo, levaram alguns analistas à percepção de que o país estaria perdendo poder no cenário internacional. A expressão máxima dessas idéias foi dada pelo historiador Paul Kennedy, defendendo a idéia de que o declínio do país já era uma realidade.¹⁴⁶ Kennedy utilizou-se de uma análise das grandes potências dos últimos cinco séculos para demonstrar que, após um período em seus ápices de poder, todas elas passaram pelo que o autor chama de super-extensão (*overstretch*): os custos externos de manutenção de seus *status quo* acabaram por exaurir os recursos das potências, culminando com a queda de todas elas.

Kennedy engajou-se em um debate com vários outros autores que passaram a questionar a validade de sua argumentação. As principais críticas foram feitas quanto a maneira como o autor se utilizou dos dados para fundamentar possíveis evidências do declínio iminente dos Estados Unidos, e sobre a não consideração da natureza mutável do poder que, devido a avanços tecnológicos e mudanças culturais das últimas décadas, tornaria os indicadores utilizados menos relevantes.¹⁴⁷

Com a queda do Muro de Berlim e o posterior desmembramento da União Soviética o debate sobre o declínio ou não dos Estados Unidos foi eclipsado. O momento agora era de euforia, pois o país tinha vencido a Guerra Fria – ainda que

¹⁴⁶ KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of The Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Vintage Books, 1989.

¹⁴⁷ Duas entre as diversas críticas a Kennedy podem ser encontradas em: HUNTINGTON, Samuel P. *The U.S. – Decline or Renewal?* In: *Foreign Affairs*, Vol. 67, No. 2. 1989. p. 76-96, e NYE Jr, Joseph S.. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1990.

por desistência do outro competidor. Esse era o momento unipolar: os Estados Unidos eram a única superpotência do planeta e não mais estavam ameaçados por qualquer Estado ou ideologia ameaçadora.¹⁴⁸ Tanto otimismo levou ainda a formulação de uma nova argumentação sobre o mundo pós-Guerra Fria: a tese do fim da História.¹⁴⁹ Para Francis Fukuyama, autor da polêmica idéia, a época de conflitos no sistema internacional teria se encerrado com o fim da Guerra Fria: o modelo do Estado nação, o regime democrático e a economia capitalista de mercado seriam o ápice do desenvolvimento político e econômico humano. Agora que já não havia outros competidores, esses modelos se expandiriam pelos Estados no sistema internacional, garantindo assim um desenvolvimento estável e pacífico das relações internacionais.¹⁵⁰

A idéia do fim da História foi muito contestada e uma de suas respostas acabou gerando uma hipótese tão controversa quanto. Em parte respondendo a Fukuyama, o cientista político Samuel Huntington refutou a idéia de que os conflitos internacionais estariam acabados.¹⁵¹ Para o autor, se o período anterior da história da humanidade havia sido marcado por conflitos entre Estados nações, o período que se iniciava com o fim da Guerra Fria presenciaria tensões e conflitos entre as diferentes civilizações que compõe a humanidade. Assim, Huntington tenta trabalhar identificando e classificando essas civilizações, bem como apontando as linhas de tensão existentes entre elas onde possivelmente surgiriam conflitos futuros.

Por meio das discussões acima pode ser notado o total clima de incerteza quanto a política mundial no pós-Guerra Fria e os rumos da política externa dos Estados Unidos. Essa percepção de incerteza foi capturada pela própria denominação atribuída ao período: pós-Guerra Fria. O termo pós deixa ausente uma definição positiva dessa nova era; negativamente, sabe-se o que ela não é: a bipolaridade, a corrida armamentista, o equilíbrio do terror, a competição por áreas de influência; todavia, suas características próprias ainda não haviam sido identificadas. Se a ordem internacional anterior fora definida pela atuação e

¹⁴⁸ KRAUTHAMMER, Charles. *The Unipolar Moment*. In: *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 1. 1991. p. 23-33.

¹⁴⁹ FUKUYAMA, Francis. *The End of History and The Last Man*. New York: Avon Books, 1993.

¹⁵⁰ Fukuyama chega a aceitar a existência de possíveis conflitos residuais para a implementação desses modelos em alguns casos, mas tais conflitos não seriam relevantes de modo geral.

confronto das duas superpotências, a ordem vindoura era incerta, e haveria de ser moldada pelas ações dos Estados Unidos.

Assim, em meio a todos esses debates, análises e reflexões, aparece também a utilização das categorias realismo e idealismo para a interpretação da política externa do país.

4.2.1. A obra máxima de um grande expoente

Muitas análises do pós-Guerra Fria reproduziram as categorias realismo e idealismo como maneira de classificar a política externa dos Estados Unidos. Vários exemplos desse tipo de bibliografia serão abordados a seguir, mas um deles em especial teve uma influência destacada nessas discussões: a publicação da obra *Diplomacia*, em 1994.¹⁵² Seu autor, Henry Kissinger, é uma figura peculiar no cenário político dos Estados Unidos. Acadêmico da Universidade de Harvard, além de uma vasta obra publicada Kissinger foi Assessor de Segurança Nacional e posteriormente Secretário de Estado dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford. É tido como o principal articulador do chamado período da *détente* na Guerra Fria; durante sua passagem pelo governo, foi responsável por políticas como a negociação final do conflito no Vietnã, a reaproximação com a China e a condução da chamada política triangular. O lado pouco discutido de sua atuação internacional são as acusações de ter apoiado o golpe militar no Chile, autorizado bombardeios desnecessários nos não-beligerantes Laos e Camboja, e outros casos semelhantes que estão vindo à tona recentemente.¹⁵³ Até hoje Kissinger exerce tremenda influência entre os articuladores da política externa dos Estados Unidos, não apenas em contato com membros do governo mas também do setor privado por meio de sua consultoria.

Em meio as discussões sobre os rumos da política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, Kissinger publica sua *magnum opus*;¹⁵⁴ uma obra sobre diplomacia de vasta abrangência, discutindo a política mundial e a política externa dos Estados Unidos desde o Concerto Europeu até o fim da Guerra Fria.

¹⁵¹ HUNTINGTON, Samuel P.. *The Clash of Civilizations?* In: *Foreign Affairs*, Vol. 72, No. 3. 1993. p.22-49.

¹⁵² KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Touchstone, 1994.

¹⁵³ HITCHENS, Christopher. *O Julgamento de Kissinger*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Para discutir a política externa do país, o autor utiliza as categorias realismo e idealismo, projetadas por ele metaforicamente nas figuras de Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, respectivamente. Sobre essa apropriação, o comentário de Ruggie é muito adequado:

*“Two folk myths have been handed down the generations about that fight, which obfuscate rather than elucidate its historic meaning. One depicts the jousts between Roosevelt and Wilson as a titanic clash between realism and idealism in which sophisticated realism tried to leaven naïve idealism but failed. Henry Kissinger repeats this myth in his recent magnum opus – indeed, he makes it the central organizing device of the book.”*¹⁵⁵

A afirmativa de Ruggie não poderia ser mais correta. Kissinger realmente faz da diferença entre realismo e idealismo projetada nos dois presidentes o mote central de seu livro. Theodore Roosevelt é caracterizado como um arquétipo realista: um político que pensa em termos de interesses nacionais e move seu país através do cenário internacional preocupado com cálculos de poder e com o equilíbrio do sistema. *“No other president defined America’s world role so completely in terms of national interest, or identified the national interest so comprehensively with the balance of power.”*¹⁵⁶

Em contrapartida, Wilson é definido como o oposto ideal de Roosevelt. A personalidade de Wilson como descrita por Kissinger é a de um político com aversão a cálculos de poder e a justificativas baseadas no interesse nacional. Segundo o autor, Wilson justificava as ações do país acreditando em valores universais e em estar produzindo um bem para a humanidade. Enquanto Roosevelt considerava o sistema internacional como uma arena em que os participantes se regulavam por meio de relações de poder, *“Universal law and not equilibrium, national trustworthiness and not national self-assertion were, in Wilson’s view, the foundations of international order.”*¹⁵⁷ Ao conduzir o país para a Primeira Guerra Mundial, *“he (Wilson) did so while abjuring any selfish national interest, and by affirming that America sought no other benefit than vindication of its principles.”*¹⁵⁸

¹⁵⁴ O termo é de John Ruggie em RUGGIE, 1994, p. 570.

¹⁵⁵ RUGGIE, 1996, p. 14-15. A citação sobre uma luta (*fight*) na passagem é referência a disputa pela aprovação ou não do Tratado de Versalhes no Senado dos Estados Unidos. O segundo mito citado é a interpretação dessa luta como uma disputa entre isolacionistas e internacionalistas.

¹⁵⁶ KISSINGER, 1994, p. 39.

¹⁵⁷ KISSINGER, 1994, p. 45.

¹⁵⁸ KISSINGER, 1994, p. 44.

*“Wilson maintained that America was essentially disinterested, hence should emerge as mediator. Because of America’s faith in values higher than the balance of power, the war in Europe now afforded it an extraordinary opportunity to proselytize for a new and better approach to international affairs.”*¹⁵⁹

A caracterização que Kissinger faz de Roosevelt e Wilson é compatível com a utilizada por autores do pós-Segunda Guerra Mundial para discutir a política externa dos Estados Unidos. Tal compatibilidade é dada pela indicação de elementos de realismo na política externa de Roosevelt e elementos de idealismo na política externa de Wilson, tal como o fizeram autores quatro décadas antes. Todavia, esses autores de primeira geração não eram definitivos em suas classificações. O problema com o argumento de Kissinger é sua rigidez e sua utilização para classificar outros períodos da política externa do país. De maneira oposta aos autores do pós-guerra, que assumiam a relatividade de suas categorias, e a não adequação plena das mesmas a todos os aspectos da política externa, Kissinger as toma como categorias fixas, projetadas nas figuras dos dois presidentes, e as utiliza como maneira de interpretação de toda a política externa dos Estados Unidos. A distinção entre duas categorias bem definidas e opostas como proposta pelo autor é questionável e, na verdade, já havia sido abordada anteriormente. Kissinger, ciente disso, está dialogando com outros autores ao usar a seguinte metáfora: *“... he (Roosevelt) was the warrior-statesman; Wilson was the prophet-priest. Statesmen, even warriors, focus on the world in which they live; to prophets, the “real” world is the one they want to bring into being.”*¹⁶⁰

A referência em questão é à John Milton Cooper Jr., e a sua obra *The Warrior and the Priest*, uma biografia sobre os dois presidentes citados.¹⁶¹ Por mais que a leitura do título possa parecer sugestiva, e reforçar o tipo de interpretação que Ruggie chama de mito, classificar Roosevelt como um guerreiro e Wilson como um padre ou profeta não é uma tarefa tão simples assim. A obra de Cooper Jr., publicada mais de uma década antes da de Kissinger, já faz menção as diferentes interpretações que se possa tirar dos dois presidentes:

“...categorizing Roosevelt as a realist and Wilson as an idealist is a half-truth. In domestic affairs the two men professed to reverse these positions; in foreign

¹⁵⁹ KISSINGER, 1994, p. 45.

¹⁶⁰ KISSINGER, 1994, p. 47.

¹⁶¹ COOPER Jr., John Milton. *The Warrior and the Priest: Woodrow Wilson and Theodore Roosevelt*. Cambridge: The Harvard University Press, 1983.

*affairs, they were by no means polar opposites. In both realms Roosevelt continually proclaimed himself as an idealist, appealed in even more exalted terms than Wilson to transcendent values, and scorned Wilson as the opposite of idealistic – as narrow, timid, and selfish. In both realms Wilson extolled what he called ‘expediency’, argued for patience and caution, and rejected Roosevelt’s approach as wrong-headedly and excessively idealistic – as quixotic and deluded.’*¹⁶²

Para além dessa classificação rígida questionável, Kissinger transporta essas categorias para a análise de outros períodos da política externa do país, aos quais tais conceitos não se propunham inicialmente a analisar. Na década de 50, o debate entre realismo e idealismo estava direcionado para a inserção de elementos externos à política dos Estados Unidos em suas reflexões sobre relações internacionais. O debate analisava a história e as tradições do país, sobretudo na tentativa de influenciar seu direcionamento no cenário internacional. Na obra de Kissinger, realismo e idealismo são tomados como categorias analíticas para classificar a política externa do país. É comum encontrar referências, por exemplo, a Wilson, Franklin Roosevelt ou Ronald Reagan como políticos idealistas, e a Theodore Roosevelt e Richard Nixon como realistas.¹⁶³

Mais problemático ainda é a não adequação dos perfis de Wilson como idealista e Roosevelt como realista a outra classificação binária utilizada por Kissinger no decorrer da obra. Antes mesmo de tratar dos dois presidentes, o autor identifica o que seriam historicamente as duas posturas contraditórias dos Estados Unidos em relação à política externa. Kissinger argumenta que o papel desempenhado pelo país foi por vezes o de um farol (*beacom*), sinalizando aos demais Estados qual o caminho a seguir, mas engajando-se modestamente no sistema internacional; em outros momentos, teve o comportamento de um cruzado (*crusader*), atuando de forma direta no sistema para a promoção de seus ideais. *“The first is that America serves its values best by perfecting democracy at home, thereby acting as a beacon for the rest of mankind; the second, that America’s values impose on it an obligation to crusade for them around the world.”*¹⁶⁴

Ainda segundo o autor, essas duas diferentes posições da política externa tomam como premissa a organização ideal do sistema internacional por meio da democracia, do livre comércio, e do direito internacional. A origem e o

¹⁶² COOPER Jr, 1983, apud RUGGIE, 1996, p. 14.

¹⁶³ Entre muitas citações desse tipo, vide por exemplo KISSINGER, 1994, p. 18 e 41.

¹⁶⁴ KISSINGER, 1994, p. 18.

desenvolvimento de ambas seria o resultado da experiência histórica dos Estados Unidos. Aqui são repetidos os argumentos sobre a especificidade da nação, que nasceu como República por escolha de seus próprios integrantes, que estava isolada das vicissitudes do Velho Continente, que não possuía grandes ameaças em suas fronteiras e possuía sim um vasto território a ser explorado. Kissinger trata tais posturas de farol ou cruzado como duas diferentes interpretações de um mesmo fato.

Na argumentação de Kissinger, ainda que as idéias de farol e cruzado tenham a mesma origem na história do país, e ainda que defendam o mesmo tipo de ordem internacional regulamentada pela democracia, direito e comércio, essas duas interpretações são apresentadas como opostas uma da outra, como tipos de política externa irreconciliáveis. Para além do fato dessa colocação ser duvidosa, sua utilização causará problemas no argumento do próprio autor. A maneira pela qual Kissinger expõe seus conceitos, por meio dessas oposições binárias entre realismo e idealismo, faróis e cruzados, Roosevelt e Wilson, leva o autor a encontrar dilemas que nem sempre representam a totalidade da política externa dos Estados Unidos.

Seguindo essa linha de oposições, Kissinger identifica o que seria uma angústia bem típica aos Estados Unidos:

“If Americans were obliged to invest their foreign policy with the same degree of rectitude as they did their personal lives, how was security to be analyzed; indeed, in the extreme, did this mean that survival was subordinate to morality? Or did American’s devotion to free institutions confer an automatic aura of morality on even the most seemingly self-serving acts? And if this was true, how did it differ from the European concept of raison d’état, which asserted that a state’s action can only be judge by their success?”¹⁶⁵

Segundo o autor, o resultado da experiência histórica dos Estados Unidos quando projetado em sua política externa resultaria por fim na contraposição de poder e moral. Os Estados Unidos, sendo uma nação excepcional, fundada sobre valores universais e mais nobres que os europeus, não poderiam ter sua política externa pautada pelos mesmos cálculos de poder egoístas das nações européias. A mesma moralidade que conduz os assuntos internos do país, e a conduta das pessoas, deveria ser empregada no plano internacional. Todavia, tal curso poderia colocar em risco a segurança e a sobrevivência da nação, uma vez que os outros

países não respeitariam esse tipo de conduta moral. A segunda opção dos Estados Unidos é tomar por dado que a sua própria singularidade, seus valores e instituições democráticas, já lhe conferem um status diferenciado no sistema internacional, podendo implementar suas políticas de quaisquer maneiras sem correr riscos de cair na degradação das políticas de poder da Europa. Como bem aponta Kissinger, isso em nada diferiria os Estados Unidos de outros países, uma vez que é comum justificar as próprias ações por seu caráter único e excepcional.

O ponto crucial de todos esses binômios é o tipo de interpretação que lhes é dirigida. A análise de Kissinger tenta aplicar uma leitura externa dessas questões, identificando separadamente partes opostas. Mesmo que se considerem faróis e cruzados como posições da política externa dos Estados Unidos, essas duas tendências não são irreconciliavelmente opostas. A escolha entre poder e moral é uma escolha inexistente na política externa dos Estados Unidos. Kissinger localiza bem a origem dessas posições na experiência histórica do país, mas ao caracterizá-las como um binômio deixa de compreender sua profundidade. É a tradição política liberal dos Estados Unidos que permite que poder e moral sejam pensados de uma maneira única. Os interesses particulares do país são projetados como universais; a escolha entre poder e moral não precisa ser feita pois ela não existe nesse conceitual teórico.

O grande interlocutor de Kissinger para analisar a política externa dos Estados Unidos é a tradição européia da *realpolitik* e da *raison d'état*. Nessa tradição, o elemento do poder está sempre presente. Não há problemas em identificar a política dos Estados com seus interesses nacionais e esses últimos com cálculos para manutenção ou ampliação de seu poder. Para Kissinger, na tradição política dos Estados Unidos isso seria sim um problema, e por isso deveria se fazer valer dos ideais do país para justificar as ações de política externa. O que o autor deixa de perceber é que essa escolha não existe. A tradição liberal dos Estados Unidos, fundada em sua experiência histórica, com seus elementos políticos e religiosos, a crença em valores do iluminismo europeu e na predestinação da nação, acabou por desenvolver um conjunto de idéias e de formas de pensamento no qual seus interesses particulares são projetados como bens comuns.

¹⁶⁵ KISSINGER, 1994, p. 34.

É essa forma de pensamento liberal que faz com que comportamentos de cruzados e de faróis não sejam incongruentes. É essa forma de pensamento liberal que faz com que Roosevelt não seja um realista ideal e faz com que Wilson não seja um idealista ideal. Kissinger identifica a semelhança dos dois presidentes, que apesar da diferença de meios, estariam ambos comprometidos em manter o país inserido no sistema internacional e desempenhando nesse uma função preponderante.

Essa tentativa de divisão binária causa problemas ao autor quando tenta refletir cruzados e faróis no realismo e idealismo de Roosevelt e Wilson. Ao analisar o comportamento de Wilson, Kissinger primeiro o classifica como um farol, defendendo a princípio a neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial e a tentativa de se encerrar o conflito pela via da moderação. Mas em seguida, ao tomar a decisão de participar da guerra ao lado dos aliados, Kissinger analisa a postura de Wilson como a de um cruzado disposto a empreender uma guerra justa para tornar o mundo seguro para as democracias. O mesmo tipo de argumento idealista pode ser utilizado na defesa de ambas as posições: na neutralidade, apelou-se para prevalência do direito internacional e ao tratamento indiscriminado de todos os beligerantes (o que não ocorreu na prática); na intervenção, apelou-se para a indivisibilidade da paz mundial e ao combate aos regimes autoritários.

Kissinger parece não trabalhar bem essa dualidade. Reconhece que o legado de Wilson realmente foi difundir uma idéia cruzadista e missionária nos Estados Unidos. Mas ao compará-lo com Roosevelt, classifica o primeiro como querendo ser um farol a ser seguido pelo resto da humanidade,¹⁶⁶ e o segundo como o cruzado intervencionista – que realmente foi, apesar de sua causa não ser a promoção da democracia. A idéia de Wilson como um idealista passivo é questionada também pelo estudo de Fareed Zakaria, demonstrando que do final do século XIX até a Primeira Guerra, foi Wilson o presidente que mais empregou contingentes militares no estrangeiro para fazer valer as posições dos Estados Unidos – mesmo desconsiderando-se o conflito mundial que certamente tornaria o cálculo desproporcional.¹⁶⁷ Como demonstrado acima, as classificações de Wilson e Roosevelt não se tornariam incongruentes se pensadas a partir da tradição

¹⁶⁶ KISSINGER, 1994, p. 55.

¹⁶⁷ ZAKARIA, Fareed. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

liberal. Pensadas a partir da oposição que Kissinger tenta estabelecer, tais categorias tornam-se problemáticas.

Perseguindo essa oposição entre os binômios durante todo seu livro, o autor chega ao final em uma conclusão que poderia ser antecipada de início. Discutindo as perspectivas da política externa dos Estados Unidos após o término da Guerra Fria, Kissinger sugere que o país deveria adotar uma posição intermediária entre realismo e idealismo. O autor considera que o país não seria capaz de buscar uma política externa apenas pautada em cálculos de poder e interesse nacional. Os ideais dos Estados Unidos seriam o verdadeiro combustível da inserção internacional do país e por isso deveriam ser cultivados. Mas para perseguir tais ideais com segurança, uma política coerente e pragmática deveria ser praticada: Kissinger alerta que os objetivos dos Estados Unidos para a ordem internacional não serão alcançados instantaneamente, e por isso uma política paciente e cautelosa deveria ser empregada.

A solução de Kissinger, além de não ser original, responde a uma pergunta que não existe. A política externa do país nunca foi polarizada da maneira como o autor caracteriza o realismo de Theodore Roosevelt ou o idealismo de Woodrow Wilson. A política externa do país nunca foi eminentemente a de ser um farol para o mundo ou um cruzado pela democracia. Esses binômios sempre se apresentaram em conjunto, não em oposição, mas em um sincretismo peculiar proporcionado pela tradição liberal do país. Argumentar que realismo e idealismo deveriam ser combinados nas políticas perseguidas no pós-Guerra Fria é a mesma coisa que constatar o que sempre foi a política externa dos Estados Unidos.

Existe uma ressalva a ser feita sobre a argumentação aqui desenvolvida para que não se confunda o arcabouço de conceitos e idéias no qual a política externa do país é pensada com as ações propriamente ditas dessa política externa. A análise do elemento liberal da política externa dos Estados Unidos é referente à maneira como tais políticas são pensadas e idealizadas. Nesse aspecto, existe um elemento de continuidade que perpassa toda a história da política externa do país, e dá coerência a posições que seriam muitas vezes contraditórias. Todavia, no tocante às atitudes práticas dessa política externa, é notório que existem diferenças sensíveis. Roosevelt e Wilson tiveram posturas diferentes perante o sistema internacional. As políticas perseguidas por ambos tiveram implicações distintas. O que está ressaltado aqui é que antes de serem realistas ou idealistas, de primar

poder ou moral, interesses ou valores, essas políticas foram originadas em uma tradição política liberal, e esse fato lhes confere características determinantes, por mais variadas que possam ser suas opções no campo da ação e suas implicações práticas.

As críticas dirigidas a obra de Kissinger podem, em boa medida, ser também aplicadas ao restante da bibliografia que se utiliza da distinção entre realismo e idealismo no período pós-Guerra Fria. A análise particular desse texto se deu pela influência que seu autor possui e também pelo fato de, a partir desse livro, a utilização das categorias realismo e idealismo ter ganhado novamente mais frequência, com citações recorrentes à distinção feita por Kissinger.

4.2.2. Variações sobre um mesmo tema

Outro autor que se utiliza das categorias realismo e idealismo para classificar a política externa dos Estados Unidos é David Callahan.¹⁶⁸ Publicado em 1994, mesmo ano da obra de Kissinger, seu livro é uma defesa ao idealismo por meio de uma argumentação muito bem resumida na frase de encerramento deste: *“two hundred years after the founding of the United States, the values Americans embrace at home now have become the best foundation for the foreign policy their government conducts abroad.”*¹⁶⁹

A argumentação de Callahan vai ao sentido contrário da de Kissinger ou dos autores do início da década de 50. Enquanto os autores da primeira geração tentavam inserir elementos de realismo na política externa dos Estados Unidos, por pensarem que essa não estava preparada para lidar com as condições do pós-Segunda Guerra e com o papel que o país deveria desempenhar no cenário internacional, e enquanto Kissinger termina seu livro defendendo uma síntese entre realismo e idealismo devido aos novos desafios que o pós-Guerra Fria apresenta, Callahan se posiciona exatamente no extremo oposto desse debate. Para o autor, o fim da bipolaridade desencadeou uma série de eventos que podem dar margem a uma política externa baseada em ideais e valores ao invés de cálculos de equilíbrio de poder.

¹⁶⁸ CALLAHAN, David. *Between Two Worlds: Realism, Idealism, and American Foreign Policy After the Cold War*. New York: Harper Collins, 1994.

Toda a argumentação do autor é pautada na percepção de que os Estados Unidos são a única superpotência do planeta após o fim da Guerra Fria, e que essa realidade permanecerá inalterada por algumas décadas. Desse argumento o autor parte para análises que consideram que o sistema internacional estaria se tornando mais seguro devido principalmente a quatro fatores: a disseminação dos regimes democráticos, a interdependência econômica, um declínio do apelo a guerras, e o aparecimento de instituições internacionais para regularem assuntos globais.¹⁷⁰ Além dessa tendência a um sistema internacional mais pacífico, dois outros argumentos de caráter interno estão presentes na análise do autor: a dificuldade crescente em se sustentar perante a opinião pública o nível de engajamento internacional dos Estados Unidos, principalmente com o grande número de tropas mantidas no exterior, e a necessidade de reduzir gastos do orçamento do governo devido ao déficit público – interno e externo – deixado por 12 anos de administrações republicanas; em um mundo onde prevalecia um momento unipolar e uma sensação de segurança jamais vista durante a Guerra Fria, altos gastos militares eram difíceis de serem defendidos.

Dessa maneira, Callahan argumenta que a influência realista na política externa dos Estados Unidos que, em sua análise, prevaleceu incontestada durante todo o período da Guerra Fria poderia agora ser substituída por uma abordagem mais idealista. *“Never before have the ideas of realism and idealism competed to shape U.S. foreign policy on a more equal footing.”*¹⁷¹

Apesar de defender um tipo de política externa diferente de outros autores considerados realistas, Callahan apresenta esse debate entre realismo e idealismo nas mesmas bases que as reflexões apresentadas anteriormente. A influência do realismo na política externa dos Estados Unidos seria advinda principalmente do fim da Segunda Guerra Mundial e seus principais perpetuadores seriam Kennan, Morgenthau, Lippmann, entre outros. Já o idealismo estaria representado a princípio nas políticas do presidente Wilson, e menosprezado por ter se desenvolvido erroneamente em políticas isolacionistas no período entreguerras. Os capítulos iniciais de sua obra são dedicados a analisar como esse suposto

¹⁶⁹ CALLAHAN, 1994, p. 312.

¹⁷⁰ CALLAHAM, 1994, p. 5-8.

¹⁷¹ CALLAHAM, 1994, p. 4.

debate evoluiu e como se firmou essa influência realista na política externa do país.¹⁷²

Todavia, argumenta o autor, a proposta de seu idealismo não seria ingênua a ponto de se pautar em uma percepção incorreta da realidade; a projeção de seus próprios ideais como é a crítica mais comum ao idealismo. A política externa que Callaham está propondo seria pragmática e prática, mas pautada pela busca de princípios e valores éticos e morais. A partir daí, o autor se esforça em demonstrar como o sistema internacional teria novas características com o fim da Guerra Fria, que propiciariam a aplicação de uma política externa que buscasse refletir internacionalmente os valores e princípios dos Estados Unidos, principalmente a democracia, a economia de mercado e a promoção dos direitos humanos.¹⁷³

O que se percebe na argumentação de Callaham, mesmo ela tendo uma intenção oposta a de outros autores, qual seja a defesa do idealismo, é a mesma falta de relatividade dirigida a interesses e valores dos Estados Unidos e, a razão disso, a falta da percepção da influência liberal na reflexão da política externa do país. A relação entre realismo e idealismo desenvolvida pelo autor é de oposição total: duas tendências contrárias que influenciariam a política externa do país. Tal idéia não consegue compreender a maneira como interesses e valores foram articulados durante a Guerra Fria e por toda a história do país. A política externa dos Estados Unidos sempre esteve em interação constante com sua tradição liberal, redefinindo seus interesses e valores em termos absolutos de acordo com a própria tradição, como demonstrado nos exemplos do capítulo anterior. Ao traçar essa distinção rígida, Callaham não capta a natureza desse debate. Sua recomendação por uma política externa que promova princípios e valores idealistas pode muito bem ser perseguida, mas ao mesmo tempo torna-se irrelevante. Tais princípios e valores são sempre interpretados, traduzidos por meio da tradição política liberal; ao serem tomados como idéias absolutas, quaisquer prescrições políticas podem ser conciliadas com sua defesa – podendo elas serem chamadas de idealistas, realistas, ou qualquer outro termo.

Sem articular essa idéia da tradição liberal, o conceitual teórico de Callaham está sujeito às mesmas deficiências de outros autores que defendem recomendações políticas contrárias as suas.

¹⁷² CALLAHAM, 1994, capítulos 1-3.

A abrangência da idéia de uma divisão entre realistas e idealistas na política externa dos Estados Unidos pode ser verificada também em outras discussões. No que concerne as grandes estratégias de inserção internacional do país, existe um debate sobre qual o tipo de interesses que essas doutrinas estariam contemplando: se são interesses idealistas e liberais ou se são interesses realistas. Por meio dessas discussões é possível verificar não somente a penetração dessa idéia de divisão, como também a influência da tradição liberal nas mesmas.

Um bom exemplo disso são dois artigos publicados por Robert Art no periódico *International Security*, discutindo tipos de grandes estratégias adequadas à política externa dos Estados Unidos.¹⁷⁴ Seu primeiro artigo data de 1991, tratando de uma possível estratégia para o pós-Guerra Fria; o segundo, de 1998, defende a doutrina do engajamento seletivo, em parte adotada pelo governo Clinton à época: de modo geral, não há uma grande divergência entre os dois textos. Assim, Art tenta identificar quais seriam os interesses nacionais do país, os quais uma boa doutrina de política externa, o engajamento seletivo em sua análise, deveria garantir. Segundo o autor, seriam seis esses interesses nacionais: (1) garantir a segurança territorial dos Estados Unidos, impedindo que armas de destruição em massa caiam em mãos erradas, (2) evitar guerras entre as grandes potências da Eurásia, (3) manter o preço mundial do petróleo estável, por meio da divisão do suprimento de petróleo do Golfo Pérsico entre vários Estados, (4) preservar uma ordem econômica internacional aberta, (5) promover a democracia, os direitos humanos, e evitar genocídios e assassinatos em massa, e (6) proteger o meio ambiente do aquecimento global e da devastação da camada de ozônio. Todavia, Art se utiliza de uma caracterização para distinguir tais interesses:

*“The first three – preventing NBC weapons from falling into the wrong hands, maintaining a deep Eurasian great power peace, and keeping Persian Gulf oil reserves divided – are vital and generally accord with what are termed realist goals. The last three – preserving an open international economy, fostering the spread of democracy and the observance of human rights, and averting severe climate change and ozone depletion – are desirable and generally accord with what are termed liberal goals.”*¹⁷⁵

¹⁷³ CALLAHAM, 1994, capítulos 5-8.

¹⁷⁴ ART, Robert J. *A Defensible Defense: America's Grand Strategy After the Cold War*. *International Security*, Vol. 15, No. 4. 1991. p. 5-53 e *Geopolitics Updated: The Strategy of Selective Engagement*. *International Security*, Vol. 23, No. 3. 1998. p. 79-113.

¹⁷⁵ ART, 1998, p. 83.

Novamente está reproduzida a distinção entre realismo e idealismo.¹⁷⁶ Art considera que dentro da política externa dos Estados Unidos existem dois tipos de interesses a serem perseguidos: os realistas e os idealistas (ou liberais). O que o autor está analisando, e em certa medida propondo, é uma doutrina de política externa que consiga perseguir a ambos os tipos de interesse ao mesmo tempo. E Art ainda vai além na sua definição do engajamento seletivo:

*“Selective engagement seeks both realist and liberal goals and can therefore be termed as a ‘realpolitik plus’ strategy. It aims to keep the United States secure and prosperous, but goes beyond those classical realist goals to attain liberal goals as well: to nudge the world toward the values the nations hold dear – democracy, free markets, human rights, and international openness. Selective engagement aims to do well not only for the United States, but for others too, in the belief that if others benefit in the ways just described, so too does the United States.”*¹⁷⁷

Existem dois pontos a serem ressaltados na argumentação de Art. O primeiro diz respeito a sua distinção entre interesses realistas e liberais. Na realidade, a pouco sentido em se fazer tal tipo de distinção. O conceito de interesse nacional é referente a um Estado, independente do paradigma teórico de qual ele se originou. Em teoria, interesses realistas seriam derivados do contexto de distribuição do poder mundial, e interesses liberais da projeção dos valores dessa sociedade. Todavia, é difícil distinguir em que sentido a promoção de uma ordem econômica internacional aberta não seja mais vantajoso para os Estados Unidos do que simplesmente manter o acesso às reservas de petróleo do Golfo Pérsico, ou se a promoção da democracia em escala mundial não seria um método mais eficiente para a promoção da estabilidade das grandes potências. Afinal, seriam estes objetivos realistas ou liberais, ou ainda, qual seria o critério utilizado para tal distinção. A grande verdade por trás da classificação de Art é que a política externa dos Estados Unidos vem buscando esses interesses ao longo de sua existência, sem a menor relação com a origem teórica da qual eles são, ou seriam provenientes; a política externa dos Estados Unidos vem buscando esses interesses dentro de seu paradigma da tradição política liberal.

O segundo ponto a ser ressaltado na argumentação de Art diz respeito à maneira pela qual ele concebe esses interesses: *“values the nations hold dear”*. É

¹⁷⁶ Liberalismo na argumentação de Art, mas com o mesmo sentido que se emprega idealismo nessa pesquisa. Uma abordagem que leva em conta o papel de valores e princípios e que projeta no internacional o mundo como ele deveria ser.

¹⁷⁷ ART, 1998, p. 80.

claro que democracia, direitos humanos e economia de mercado são conceitos muito prestigiados por boa parte do sistema internacional, mas não por todos os países do sistema. Ademais, nem sempre foi assim: o suposto consenso em torno desses valores emergiu muito recentemente e nem assim é de acordo de todo o sistema. Países orientais e islâmicos, por exemplo, tem sérias oposições a esses valores ocidentais. Mesmo entre os países que adotam tais princípios existem desavenças entre as definições de democracia, economia aberta e direitos humanos, e principalmente no tipo de medidas cabíveis para implementá-los.

Tomar por dado que esses valores são um consenso, que sem dúvida são a melhor maneira de se organizar o sistema internacional, e que por meio deles todos sairão lucrando é um raciocínio típico do pensamento liberal que toma os seus próprios valores particulares como absolutos, sem considerar a relatividade desses frente a tradições de pensamento externas.

Ainda tomando como exemplo as discussões sobre as grandes estratégias de inserção internacional dos Estados Unidos, pode-se analisar o texto de Barry Posen e Andrew Ross¹⁷⁸ que também dão um bom exemplo da utilização das categorias realismo e idealismo, ou liberalismo de acordo com a denominação dos autores.¹⁷⁹ A versão original desse artigo foi apresentada a um comitê do Câmara de Representantes dos Estados Unidos em 1993, tratando exatamente das possíveis doutrinas de política externa para o governo Clinton que se iniciava. Das quatro alternativas delineadas pelos autores, neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia, três delas estariam informadas por um paradigma realista, mais ou menos extremado de acordo com o tipo de doutrina, e apenas uma, a segurança cooperativa estaria informada por um paradigma liberalista.

Comentando sobre o engajamento seletivo, os autores argumentam:

*“It lacks the exuberant U.S. nationalism of primacy, or the commitment to liberal principles of cooperative security. It focuses rather narrowly on interests defined in terms of power. Can such a strategy sustain the support of a liberal democracy long addicted to viewing international relations as a struggle between good and evil?”*¹⁸⁰

¹⁷⁸ POSEN, Barry; ROSS, Andrew. *Competing Visions for US Grand Strategy*. In: BROWN, Michael E. (ed.). *America's Strategic Choices (Revised Edition)*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 3-51.

¹⁷⁹ Vide nota 35. O mesmo argumento é aqui aplicável.

¹⁸⁰ POSEN; ROSS, 2000, p. 20.

A citação acima comprova a crença nessa suposta divisão entre realismo e idealismo. Segundo os autores seria o realismo e a articulação de interesses definidos em termos de poder os responsáveis pela insustentabilidade do engajamento seletivo como doutrina estratégica para os Estados Unidos. Em suas palavras, *“the strategy lacks a certain romance”*.

É a essa falta de romance que Condoleezza Rice faz referência em um artigo por ocasião da campanha eleitoral para a presidência em 2000:

*“Yet many in the United States are (and have always been) uncomfortable with the notions of power politics, great powers, and power balances. In an extreme form, this discomfort leads to a reflexive appeal instead to notions of international law and norms, and the belief that the support of many states – or even better, of institutions like the United Nations – is essential to the legitimate exercise of power. ...The belief that the United States is exercising power legitimately only when it is doing so on behalf of someone or something else was deeply rooted in Wilsonian thought, ...”*¹⁸¹

Fica claro também que Rice está utilizando esse suposto excesso de idealismo e de multilateralismo para criticar a política externa do governo Clinton em época de eleição. Mas o fato é que esses autores realmente argumentam existir dois tipos de política externa nos Estados Unidos: uma com inclinação realista e outra com inclinação idealista. Nenhum deles chega a articular o caráter liberal presente em toda a política externa dos Estados Unidos.

Um dos autores que aceita a distinção entre realismo e idealismo na política externa dos Estados Unidos, mas chega a articular a influência da tradição liberal é John Mearshimer. A produção acadêmica de Mearshimer não é especificamente sobre política externa dos Estados Unidos, e sim sobre abordagens teóricas de relações internacionais, notadamente uma vertente ofensiva do realismo estrutural. No entanto, ao tratar das constantes críticas a abordagens realistas, seja na academia, no debate político ou no debate público, o autor invariavelmente toca no tema da influência da tradição liberal na política externa.

Em um artigo de 1994, Mearshimer se dedica ao tema das instituições internacionais analisadas sob diversos pontos de vista teóricos das relações

¹⁸¹ RICE, Condoleezza. *Promoting the National Interest*. In: *Foreign Affairs*, Vol. 79, No. 1. 2000. p. 47.

internacionais.¹⁸² Sua conclusão é que nenhuma das teorias analisadas consegue demonstrar que instituições possuem uma influência independente no comportamento dos Estados. Para Mearshimer, a teoria que prevalece é a realista, na qual as instituições teriam alguma influência apenas quando utilizadas por grandes potências para fazer valer seus interesses. Todavia, após essa análise teórica, o autor constata uma incongruência: mesmo tendo sua influência pouco comprovada e análises teóricas pouco desenvolvidas, as instituições internacionais e as abordagens teóricas que as estudam gozam de grande prestígio nos meios político e acadêmico. Para tentar explicar tal fato, Mearshimer argumenta que, apesar do realismo ser um paradigma influente e ter moldado boa parte da política externa da Guerra Fria, esse paradigma não é bem aceito no pensamento político dos Estados Unidos.

*“Yet despite its influence, Americans who think seriously about foreign policy issues tend to dislike realism intensely, mainly because it clashes with their basic values. The theory stands opposed to how most Americans prefer to think about themselves and the wider world.”*¹⁸³

Mearshimer identifica quatro características principais do realismo que entram em contradição com os valores básicos dos Estados Unidos, ou a maneira como eles preferem pensar sobre si e sobre o resto do mundo. A primeira característica é o fato do realismo ser uma teoria pessimista e resignada por não ser possível escapar da competição por poder no cenário internacional. A segunda característica diz respeito ao papel da guerra no paradigma realista, que é considerada inevitável e em alguns casos até necessária para o cumprimento dos interesses dos Estados. Em terceiro lugar, o realismo não distingue os Estados por suas motivações entre bons e maus Estados; todos são considerados atores equivalentes em busca de seus interesses, variando apenas em graus de poder. A quarta característica seria a própria experiência histórica dos Estados Unidos, que devido a seu isolamento geográfico e a proteção fornecida pela marinha britânica por muitas décadas não precisou se envolver nas disputas de poder da Europa.¹⁸⁴ Por todas essas razões o realismo seria uma abordagem pouco prestigiada nos

¹⁸² MEARSHEIMER, John J.. *The False Promise of International Institutions*. In: *International Security*, Vol. 19, No. 3. 1994. p. 5-49.

¹⁸³ MEARSHIMER, 1994, p. 47.

¹⁸⁴ MEARSHIMER, 1994, p. 48-49.

Estados Unidos e as abordagens institucionalistas, que partilham valores em comum com a tradição liberal do país, teriam maior facilidade em se desenvolver.

Na introdução de um livro de 2001, Mearshimer volta novamente a expor esse tipo de argumentação, agora em clara referência a tradição liberal.¹⁸⁵ O autor chega mesmo a tratar essa questão de forma instrumental. Como o realismo, a busca pura e simples por interesses, vai contra os ideais enraizados no pensamento liberal, a concepção de uma natureza humana boa e pura e idéia de que as relações políticas devem se pautar pela ética e pela moral, sua justificação na esfera política torna-se impraticável. Dessa forma, tomadores de decisão recorreriam a uma retórica idealista para conseguir perpetuar suas políticas.¹⁸⁶

Apesar de perceber a existência da tradição liberal no seio do pensamento político dos Estados Unidos, Mearshimer não consegue articular sua influência na política externa, a maneira pela qual essa tradição traduz alguns elementos realistas para sua própria utilização, e a projeção de seus interesses particulares em valores universais. Na argumentação de Mearshimer, toda essa influência seria instrumental e realizada intencionalmente.

Mas de todos os autores que abordam tal tema, o que melhor consegue articular a influência da tradição liberal na política externa dos Estados Unidos é Keith Shimko.¹⁸⁷ O argumento de Shimko pode ser dividido em três fases: a premissa da qual parte, uma anomalia encontrada, e uma solução dada para essa anomalia. Essas três partes correspondem respectivamente à tradição liberal dos Estados Unidos, à presença do realismo na política externa da Guerra Fria, e ao aparecimento do realismo estrutural para conciliar essas duas tendências.

A premissa de que Shimko parte é a mesma de Hartz, Boorstin, e tantos outros teóricos consensuais: existe apenas uma tradição de pensamento político nos Estados Unidos e essa tradição é a do liberalismo. Segundo o autor, é amplamente aceito o fato de uma característica peculiar da política nos Estados Unidos ser a falta de uma tradição conservadora genuína.

¹⁸⁵ MEARSHIMER, John J.. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

¹⁸⁶ O autor chega mesmo a citar o conceito de tradição liberal de Louis Hartz. Vide MEARSHIMER, 2001, p. 23-27.

¹⁸⁷ SHIMKO, Keith. *Realism, Neorealism, and American Liberalism*. In: *Review of Politics*, Vol. 54, No. 2. 1992. p. 281-301.

*“The reasons for the political hegemony of liberalism are the subject of lively debate, but divergent explanations for the dominance of liberalism should not be allowed to obscure the basic consensus that what passes for political conflict in America occurs largely within the confines of liberalism.”*¹⁸⁸

Partindo dessa constatação, Shimko vai analisar com alguma estranheza o fato de uma tradição intelectual como o realismo, que possui fortes raízes em uma filosofia política conservadora, ter exercido tanta influência na política externa de um país onde a única tradição política é a liberal. A hipótese de Shimko é de que o realismo não se estabeleceu como um paradigma dominante na política externa dos Estados Unidos. Ele teria exercido alguma influência no pós-Segunda Guerra enquanto as doutrinas liberais encontravam-se desacreditadas, mas suas incongruências com a tradição liberal permaneceram conflituosas. Com o tempo, o paradigma realista clássico foi substituído pelo realismo estrutural, ou neorealismo, que teria alterado substancialmente os elementos primários de seu antecessor de modo a tornar-se compatível com a tradição liberal.

Segundo Shimko, o grande conflito do realismo com a tradição liberal se encontra na concepção de natureza humana. A tradição de pensamento liberal considera o homem um ser racional, capaz de superar os obstáculos colocados por sua própria natureza e pelo ambiente onde vive por meio da aplicação de seu conhecimento adquirido. Já a tradição conservadora tem uma definição pessimista do homem, muito mais centrada em seus limites e falhas.¹⁸⁹ As paixões, o auto-interesse e o egoísmo, na visão conservadora, impediriam o progresso do ser humano que os liberais previam. Perspectivas realistas derivadas dessa leitura conservadora do homem estariam em conflito com a tradição liberal.

Dessa maneira, o autor analisa os textos de Morgenthau, Kennan, Niebuhr, Kissinger, entre outros, e demonstra a fundamentação do realismo exatamente na interpretação pessimista da natureza humana, do homem decaído, sujeito a paixões, egoísta, com interesses próprios, e, sobretudo, possuidor de um desejo de poder. É essa natureza humana que estaria refletida no comportamento dos Estados e transformaria a arena internacional em uma disputa eterna e inevitável por poder. Trabalhando exaustivamente a obra desses autores, Shimko demonstra

¹⁸⁸ SHIMKO, 1992, p. 281.

¹⁸⁹ SHIMKO, 1992, p. 285.

como a concepção de natureza humana era um elemento essencial na lógica da teoria realista.¹⁹⁰

Todavia, apesar desses autores terem sido influentes no debate sobre teoria e sobre política externa dos Estados Unidos, Shimko identifica uma diferença na maneira como o realismo foi incorporado à academia nos Estados Unidos. Analisando obras de diversos autores como Kalevi Hosti, Paul Viotti e Mark Kauppi, John Vasquez, Robert Keohane e Joseph Grieco, em sua maioria manuais ou textos teóricos sobre relações internacionais, Shimko constata que nenhum deles coloca essa interpretação pessimista da natureza humana como um elemento central do realismo. Outras características são ressaltadas, como a concepção de que os Estados são os únicos atores relevantes no sistema internacional, que as relações internacionais são uma constante disputa por poder, que os Estados definem seus interesses em termos de poder, e que há uma clara distinção entre política interna e política internacional; mas a caracterização da natureza humana tal como foi pensada pelos primeiros autores realistas simplesmente não aparece como um argumento central nessa bibliografia.¹⁹¹

Para Shimko, esse isolamento das interpretações realistas sobre natureza humana é prova da contradição existente entre essa tradição e o ambiente liberal na qual ela tentava se desenvolver. E é exatamente nesse sentido que aparece o realismo estrutural na década de 70. Normalmente tido como uma evolução do realismo clássico, o realismo estrutural teria aparecido na tentativa de apresentar uma teoria mais científica e robusta que seu antecessor. Shimo considera essa argumentação inconsistente, na medida em que o realismo estrutural alterou a lógica causal fundamental do realismo clássico. O comportamento dos Estados que antes era dado por uma analogia a natureza humana, qual seja, a busca incessante por poder, passou a ser definido no realismo estrutural pelas condições do sistema, isto é, da anarquia.

Na terminologia de Kenneth Waltz, seu principal formulador, o realismo estrutural seria uma teoria de terceira imagem (sistêmica), enquanto o realismo clássico seria uma teoria de primeira imagem (individual). Assim, Shimko nega que se trate de uma evolução de paradigma, pois a própria lógica do argumento foi substituída. Direcionando os constrangimentos a atuação dos Estados para as

¹⁹⁰ SHIMKO, 1992, p. 287-292.

características do sistema, basicamente seu caráter anárquico, o realismo estrutural retira qualquer responsabilidade da natureza dos atores. As relações internacionais poderiam sim ser uma disputa eterna por poder, mas isso não mais seria culpa da natureza inata dos Estados e, mais importante, do próprio homem. Essa mudança feita pelo realismo estrutural o torna mais palatável a tradição liberal, uma vez que não mais utiliza uma concepção pessimista de natureza humana.

Shimko chega a reconhecer que Waltz não foi o primeiro a tentar conceber as características do sistema internacional, e suas disputas por poder, sem recorrer a idéia de natureza humana. O autor cita Arnold Wolfers e John Herz como os precursores nesse sentido.¹⁹² Mas o realismo estrutural foi a primeira grande formulação teórica que realizou esse movimento, e por isso obteve tamanho sucesso dentro do ambiente liberal dos Estados Unidos.

Por meio da argumentação de Shimko, fica claro que sua interpretação sobre a tradição política dos Estados Unidos e sua relação com a política externa são compatíveis com a análise desenvolvida nessa pesquisa. O autor sustenta a hipótese de que o realismo não se estabeleceu como um paradigma forte no pensamento sobre política externa nos Estados Unidos devido a sua contradição com a tradição liberal desse país. A hipótese sustentada nessa pesquisa, sem ser oposta a argumentação de Shimko, tenta demonstrar como alguns elementos desse realismo foram incorporados pela tradição liberal. O próprio desenvolvimento do realismo estrutural poderia ser um exemplo disso. Como cita o autor, tudo o que se passa por conflitos políticos nos Estados Unidos ocorrem dentro da tradição política liberal.

4.3. Conclusão do capítulo

Após a análise das reflexões sobre política externa na década de 90, pode-se chegar a algumas conclusões sobre a natureza desses debates e de suas categorias. Qualificando o idealismo de Wilson, Kissinger aponta o que seria sua maior conquista: *“Wilson’s historic achievement lies in his recognition that Americans cannot sustain major international engagements that are not justified by their*

¹⁹¹ SHIMKO, 1992, p. 283-287.

¹⁹² Vide seção 3.2.3.

moral faith.”¹⁹³ Segundo o autor, essa seria a maior qualidade da presidência de Wilson, materializada no fato de ter conseguido levar um país até então reticente de sua atuação internacional a participar de um grande conflito europeu e mundial. O mérito desse idealismo estaria em utilizar o que seriam os valores morais dos Estados Unidos para estimular sua projeção internacional. Essa noção de que o idealismo é uma força motor para a atuação do país e comumente uma justificativa para seus atos é partilhada pelos autores que se utilizam da distinção entre realismo e idealismo.

Todavia, tanto o fato de ter levado o país a projeção internacional quanto de ter-lo feito com base em princípios morais não são características únicas nem pioneiras de Wilson. Tome-se como exemplo a citação de Morgenthau sobre John Quincy Adams:

*“Between John Quincy Adams’s moral principles and the traditional interest of the United States there was hardly ever a conflict. The moral principles were nothing but the political interests formulated in moral terms, and vice versa. They fit interests as a glove fits the hand. Adams’s great contribution to the tradition of America Foreign Policy – freedom of the seas, the Monroe Doctrine, and Manifest Destiny – are witness to this achievement.”*¹⁹⁴

A política externa dos Estados Unidos, sob a influência de Adams, também foi pensada em termos de princípios morais. Segundo Morgenthau, a Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e a liberdade dos mares são apenas traduções políticas de princípios morais inerentes aos Estados Unidos. É a tradição liberal que permite essa projeção de interesses particulares como ideais universais. Tome-se outro exemplo também no já comentado Discurso de Despedida de George Washington:

*“Observe good faith and justice towards all nations; cultivate peace and harmony with all. Religion and morality enjoin this conduct; and can it be, that good policy does not equally enjoin it? ... Harmony, liberal intercourse with all nations, are recommended by policy, humanity, and interest.”*¹⁹⁵

Os mesmos princípios nobres de religião e moral são os melhores princípios políticos para se conduzir o relacionamento entre as nações. É pelo fato desses

¹⁹³ KISSINGER, 1994, p. 50.

¹⁹⁴ MORGENTHAU, 1951, p. 22.

¹⁹⁵ *Transcript of President George Washington's Farewell Address (1796)*. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=15&page=transcript>>. Acesso em: 01 de setembro de 2004.

princípios serem bons princípios de religião e moral que se deriva também serem bons princípios políticos. Não existe diferença entre a recomendação moral e a política, a recomendação moral é política. Também para Washington, princípios morais foram parte integrante da política externa dos Estados Unidos.

Washington e Adams são tidos normalmente como dois exemplos de presidentes realistas. Ainda assim, é possível ver claramente como considerações morais desempenham um papel fundamental em suas políticas. Não foi preciso um idealista como Wilson para pautar a atuação internacional dos Estados Unidos em princípios morais. A polarização descrita por Kissinger e outros na década de 90 entre realismo e idealismo não se faz presente: essa dissociação é impossível de ser feita.

Para além de interpretar essa distinção como indissociável na prática, e argumentar que se pode encontrar tanto elementos de realismo quanto de idealismo na política externa do país, se faz realmente necessário questionar a validade dessas categorias. O que realmente permite a articulação desses elementos na política externa dos Estados Unidos é a tradição liberal por meio da qual tais políticas são pensadas. É essa tradição liberal que projeta os interesses particulares do país como ideais universais, é essa tradição que permite a tradução de interesses políticos em termos morais, e de termos morais em interesses políticos. É essa tradição liberal que concilia idéias e políticas que seriam contraditórias de outra maneira.

Outros exemplos da influência da tradição liberal foram expressos durante o início da Guerra Fria, como discutidos no capítulo anterior. A tradução da doutrina da contenção, eminentemente ofensiva e direcionada contra a União Soviética, como uma política defensiva foi obra dessa maneira de pensar peculiar aos Estados Unidos. Do mesmo modo, o dilema de segurança, pensado inicialmente como originário do comportamento egoísta dos Estados, foi interpretado como uma falha de mercado, neutra e sem levar em conta a intenção dos atores.

É a influência da tradição liberal o fator primordial realmente relevante na análise da política externa dos Estados Unidos; o fato do país projetar como universais seus valores e interesses particulares. Frente a essa influência, a distinção realizada pelos autores entre políticas externas realistas e idealistas perde seu sentido. Como demonstrado brevemente, poder e moral, interesse e

valor, estão sempre presentes ao longo da história do país. Wilson pode ter sido sim, como argumentam os autores da década de 50, um caso extremo de projeção e busca de ideais, e por isso um caso a ser evitado no futuro. Mas não foi nem o primeiro nem o único a incorporar valores morais à política externa. E com certeza não foi o último.

Ao olhar em perspectiva o debate de Morgenthau, Kennan e Lippmann na década de 50, e o de Kissinger e Callahan na década de 90, por exemplo, percebe-se claramente como os conceitos de realismo e idealismo foram utilizados de formas diferentes. No primeiro momento essas idéias eram instrumentos de diálogo com a tradição liberal, e se tinha consciência de sua inseparabilidade, de que poder e moral não são dissociáveis. No segundo momento, realismo e idealismo são tidos como categorias de classificação da política externa, distintas e opostas. Mesmo que em nenhum desses dois momentos a tradição política liberal tenha sido claramente identificada, ao menos na década de 50 não se perpetuou essa distinção artificial entre poder e moral como no debate contemporâneo.